

# Resumo de notícias econômicas

04 de junho de 2021 - *(sexta-feira)*

Ano 3 n. 103

Núcleo de Inteligência da Sedet



**CEARÁ**  
GOVERNO DO ESTADO  
SECRETARIA DO DESENVOLVIMENTO  
ECONÔMICO E TRABALHO

# PRINCIPAIS NOTÍCIAS DE POLÍTICA ECONÔMICA: 04 DE JUNHO DE 2021

## Economia defende auxílio mais enxuto como ponte para novo Bolsa Família

### O Estado de S. Paulo

Prorrogação do auxílio deve ocorrer por medida provisória, considerando ‘sobra’ de recursos dentro dos R\$ 44 bilhões já destinados à nova rodada do benefício; lei manda que implementação do novo Bolsa Família tem de sair até dezembro, por conta das eleições de 2022

Dentro da área econômica, há quem defenda que a ajuda seja estendida de maneira mais enxuta, como uma “ponte” até o lançamento da nova política social permanente do governo. O auxílio emergencial beneficia hoje 39,1 milhões de brasileiros, com parcelas em valores de R\$ 150 a R\$ 375. No desenho atual, a última parcela é prevista para julho deste ano.

A discussão da prorrogação do auxílio está avançada no governo e deve ocorrer por medida provisória. Há uma “sobra” de recursos dentro dos R\$ 44 bilhões já destinados à nova rodada do auxílio emergencial que pode ser usada na prorrogação do programa. Uma ala entende que os recursos restantes para as parcelas adicionais podem ser bancados por meio de crédito extraordinário, fora do teto de gastos (regra que limita o avanço das despesas à inflação), já que a pandemia tem se prolongado.

A necessidade de uma PEC para isso, aventada anteriormente, perdeu força porque esse tipo de crédito já fica fora do teto, e há espaço na meta fiscal (que permite rombo de até R\$ 247,1 bilhões no ano) para acomodar o gasto adicional. Outra ala da equipe econômica, porém, defende que essa “ponte” até o lançamento do novo Bolsa Família seja feita com recursos limitados até o teto de gastos. Essa alternativa poderia resultar em um novo “enxugamento” no número de famílias atendidas hoje pelo programa.

Um obstáculo a essa alternativa, no entanto, é a ausência de espaço no teto. A equipe econômica conseguiu autorização para desbloquear R\$ 4,8 bilhões dentro do limite e já há disputa por esses recursos. Embora haja outra “sobra”, de R\$ 7 bilhões dentro do teto de gastos, devido à transferência de famílias do Bolsa Família para o auxílio emergencial, técnicos do governo não veem segurança jurídica para o uso dessa dotação na prorrogação do programa a vulneráveis. O plano é usar esse dinheiro para turbinar a nova política social permanente.

As discussões sobre como ficarão os programas sociais do governo nos próximos meses ganharam força nos últimos dias. O desenho do substituto do Bolsa Família precisa ser implementado até dezembro de 2021 ou acabará engavetado, pois a lei veda a adoção desse tipo de medida em ano de eleições. A Lei das Eleições determina que, no ano de realização do pleito, é proibida a distribuição de valores e benefícios, exceto programas sociais já autorizados em lei e com execução orçamentária no exercício anterior – neste caso, em 2021.

Nas reuniões mais recentes, a reformulação vinha sendo discutida com base em reajuste nos benefícios e criação de bolsas de mérito escolar e esportivo, além de um “voucher” para creches. O lançamento do novo programa depende do afastamento de dispositivos da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) de 2021, da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) e da Lei Complementar 173. Todas impõem algum tipo de restrição à criação ou ampliação de despesa continuada, o que travaria o novo programa social. Para isso, um dos pontos em discussão era a necessidade ou não de enviar um projeto de lei complementar para abrir o caminho. O novo Bolsa Família terá orçamento maior que os R\$ 35 bilhões programados em 2021.

## **Governo discute uso de privatizações para bancar renda básica**

### **O Estado de S. Paulo**

Um grupo de empresários tem discutido com o governo como viabilizar a criação de um fundo abastecido com recursos de privatizações e venda de imóveis para financiar um programa de renda básica no Brasil. A ideia dos integrantes do chamado Movimento Convergência Brasil é, no curto prazo, usar recursos de dividendos de empresas e da comercialização dos imóveis para ampliar o alcance das

transferências de renda. Já o foco de médio e longo prazo seria a constituição do fundo, a partir das receitas obtidas com privatizações e com reformas que geram economia de gastos, como a administrativa.

No início de maio, representantes do grupo se reuniram com o ministro da Economia, Paulo Guedes, e depois com o secretário de Desestatização, Desinvestimento e Mercados, Diogo Mccord, para discutir estratégias para o que vem sendo chamado de “Fundo Brasil”.

Pela proposta do grupo, 30% das receitas obtidas seriam colocadas em um fundo financeiro. A cada ano, um percentual seria sacado para bancar o programa de renda básica. Segundo Elvaristo do Amaral, que lidera o movimento, uma das preocupações é com a governança do fundo, para garantir o uso efetivo dos recursos. “O ministro gostou da ideia, de um fundo social que seja sustentável, significativo e de preferência vá direto para o bolso do beneficiário sem intermediários”, disse Amaral. Guedes mencionou a ideia de criar um fundo para bancar os programas sociais. “Vamos devolver as estatais ao povo brasileiro. Cada estatal vendida dá ganho de capital para o povo. E, se não vender? Pega um pedaço dos dividendos e coloca para eles. Cria um fundo de distribuição de riqueza, capitalismo popular”, afirmou.

Segundo Amaral, o grupo tem analisado experiências internacionais e mantém contato com representantes do Temasek, fundo soberano de Cingapura, para observar modelos e mecanismos que possam ser incorporados na versão brasileira. Há também uma preocupação com a governança para blindar o fundo contra ingerências externas. “A gestão precisa ser devidamente blindada, com seriedade nas escolhas dos dirigentes e sempre com participação muito forte de representantes da sociedade civil.”

As discussões também buscam solucionar obstáculos hoje impostos pela Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF). Um dos dispositivos proíbe o uso de receitas de venda de bens, inclusive empresas, para financiar gastos correntes, como benefícios sociais. A exceção são os benefícios previdenciários, como aposentadorias do INSS.

## **Latam e seus credores e investidores querem mais da Azul para vender a operação brasileira.**

### **Broadcast**

A Latam e alguns de seus credores e investidores, que fizeram um empréstimo de mais de US\$ 2 bilhões à companhia aérea, receberam os sinais enviados pela concorrente Azul em torno da consolidação das operações das duas aéreas. Porém, não se interessaram pelo movimento. A aproximação teria ocorrido há algumas semanas, mas tanto a Latam quanto seus credores/investidores querem mais. Para eles, agora não é o momento correto para vender a operação brasileira, já que seu valor está depreciado pelas limitações da pandemia. Para chegar a um aperto de mãos, a Azul teria de incorporar, na oferta, premissas de recuperação da atividade aérea e da sinergia entre ambas. Algo difícil de ser contabilizado pela Azul, já que o cenário para o setor aéreo ainda é incerto.

A perspectiva de uma fusão entre ambas não foi, contudo, descartada. Há quem diga que muitos credores da Latam, que irão votar o destino da companhia, prefeririam ter a Azul como devedora. Afinal, caso ela assumisse o negócio, levaria também as dívidas.

O desejo da Azul pela Latam é explícito, especialmente porque já assumiu a liderança no mercado doméstico e é baixa a sobreposição de voos entre as duas, aumentando a sinergia e reduzindo a hipótese de a união ser barrada pelo Cade. A ideia, porém, era aproveitar justamente a baixa no preço da Latam.

A Azul conversa com alguns arrendadores de aeronaves, credores importantes da companhia no processo de recuperação judicial que corre na Justiça dos EUA, para articular a compra da operação brasileira. A intenção é convencer algum a apresentar um plano de recuperação judicial alternativo ao da Latam, para ser votado e aprovado por 50% mais 1. Mas primeiro os credores têm de rejeitar o plano da Latam, que tem prioridade e, no fim de junho, indicará o projeto de recuperação da aérea.

O Grupo Latam reiterou que pretende competir agressivamente no Brasil e em outros mercados e não tem intenção de vender ou desmembrar o Brasil ou qualquer

outra parte de seus negócios. Ainda informou que não recebeu qualquer proposta oficial referente à aquisição da Latam BR. A Azul não comentou.

## **Campanha contra fechamento na pandemia**

### **Broadcast**

Diante do risco de uma terceira onda de covid-19, 115 associações que representam empresas de serviços, comércio e alimentação engrossaram a campanha contra eventuais novos fechamentos das atividades. Juntas, lançam o site [www.naoaceitamosfechamentos.com.br](http://www.naoaceitamosfechamentos.com.br), no qual divulgam os pleitos das empresas. Os pedidos vão da aceleração da vacinação até medidas econômicas, como crédito e isenção de tributos. Os empresários também estão reforçando encontros com prefeitos e governadores de todo o País para tentar evitar fechamentos. Em Curitiba, onde o comércio sofreu novas restrições, a Associação Brasileira de Shopping Centers (Abrasce) entrou com um mandado de segurança coletivo contra o fechamento.

## **Recuperação Judicial e exigência de CND**

### **Broadcast**

Duas empresas conseguiram homologar planos de recuperação judicial mesmo sem a certidão negativa de débito fiscal (CND), conforme exige a lei. A Naga, do setor de alimentos, e o Laboratórios Baldacci apresentaram plano de equacionamento de suas dívidas com o Fisco. Os desembargadores que julgavam os pedidos entenderam que, apesar da exigência da lei, é melhor ser flexível e preservar empregos. A exigência sempre existiu na lei, mas costumava ser desconsiderada. Com as mudanças do fim do ano passado, foram criadas duas possibilidades de pagamento do débito fiscal na recuperação judicial, mas a exigência do CND foi mantida. Tiago Lopes, sócio do escritório Lollato Lopes Rangel e Ribeiro Advogados, diz que as decisões dos desembargadores podem virar precedente.

## **Expansão de Investimentos da NX Saneamento para o Norte, Nordeste e Centro-oeste**

### **Broadcast**

A NX Saneamento, de Cuiabá (MT), planeja investir cerca de R\$ 500 milhões nos próximos cinco anos em obras de distribuição de água potável e redes de esgoto em pelo menos 50 cidades das regiões Norte, Nordeste e Centro-oeste. Com a aprovação do novo marco regulatório do saneamento, empresas apostam na expansão do setor. A NX pretende apoiar-se na experiência regional e em parceiros para avançar como um competidor de peso. A NX é controlada pela Aegea, que ganhou destaque após arrematar dois blocos no leilão da Companhia Estadual de Águas e Esgotos do Rio de Janeiro (Cedae). No período das concessões da NX, o aporte total pode ir a R\$ 3 bilhões, a depender do amadurecimento dos estudos de viabilidade dos projetos.

## **Otimismo e preocupações da indústria**

### **Broadcast**

O crescimento das vendas vem trazendo otimismo para os dirigentes das indústrias instaladas no Estado de São Paulo. Nos primeiros quatro meses do ano, o aumento foi de 15,3% em valores reais, na comparação com o ano passado, de acordo com levantamento realizado pela Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp). Em outra pesquisa, realizada na primeira quinzena de maio, a Fiesp constatou que o empresariado industrial paulista projeta aumento real de 10,2% das vendas neste ano.

Trata-se, no entanto, de um otimismo limitado. Outros indicadores da atividade industrial em São Paulo e outras projeções dos dirigentes das empresas do setor mostram que eles continuam cautelosos. As horas trabalhadas na produção diminuíram 0,2% em abril, na comparação com março. Para o ano, as expectativas são de que o nível de emprego permanecerá praticamente igual ao de 2020 (aumento de apenas 0,3%).

Com pequena alta em relação a março, a utilização da capacidade instalada, de 80,0% em abril, manteve-se muito próxima da média histórica do setor. Mas o crescimento dos custos, projetado em 28,5% no ano, torna o cenário menos otimista.

Uma das razões apontadas pelos analistas da Fiesp para o desempenho positivo observado até agora “é o aprendizado acumulado ao longo dos meses, refletindo na adoção de protocolos eficientes, e permitindo a continuidade das atividades industriais em São Paulo”.

Para os próximos meses, fatores como a rápida recuperação da economia global – com crescimento acelerado dos Estados Unidos, da China e dos países da União Europeia, entre outros – devem impulsionar as exportações.

Já a canalização de parte da poupança das famílias para o consumo, combinada com o baixo nível dos estoques e o avanço da vacinação, tende igualmente a estimular a atividade industrial. O vice-presidente da Fiesp, Rafael Cervone, observa que o arrefecimento da pandemia nos primeiros meses do ano fortaleceu as projeções de vendas da indústria. Mas o aumento do número de casos de contaminação pela covid-19 conteve o otimismo. Com o início da vacinação, e a despeito de sua lentidão e do risco de nova onda da pandemia, “os empresários seguem acreditando na recuperação”, diz Cervone.

## **Produção industrial fica abaixo do nível pré-pandemia**

### **O Estado de S. Paulo**

A indústria brasileira voltou a registrar perdas em abril. A produção recuou 1,3% em relação a março, segundo os dados da Pesquisa Industrial Mensal, divulgados pelo IBGE. O setor acumula queda de 4,4% em três meses de recuos consecutivos. Com o mau desempenho recente, a indústria passou a operar 1,0% abaixo do patamar de fevereiro de 2020, no pré-pandemia, após se manter por sete meses em nível mais elevado. “Quando ainda crescia, em janeiro (de 2021), a indústria alcançou um saldo positivo de 3,5% em relação ao pré-pandemia”, observou André Macedo, gerente da Coordenação da Indústria do IBGE.

O recrudescimento da pandemia no País e os problemas na demanda doméstica afetaram diretamente o desempenho da indústria em abril, justificou o



pesquisador. “Mais do que o resultado negativo em si, a gente observa um predomínio de taxas negativas. Isso de alguma forma reforça o que a gente vinha colocando em meses anteriores, o recrudescimento da pandemia e todos os efeitos que isso traz para o setor produtivo”, disse Macedo.

Na passagem de março para abril, houve perdas na produção em 18 das 26 atividades investigadas. Segundo Macedo, a piora da pandemia afetou a indústria pela dificuldade no acesso a matérias-primas e pela elevação dos custos de produção. Ao mesmo tempo, uma série de fatores associados à demanda doméstica também atrapalham o setor, como a reedição tardia do auxílio emergencial e em valor mais baixo que o do ano passado, a inflação em patamar elevado e o alto nível de desemprego.

Para o economista Homero Guizzo, da corretora Guide Investimentos, os dados de abril sugerem que parte do mau desempenho está relacionada à restrição de oferta, com falta de insumos, e não a uma resposta. O Cenário de 4,4% é a perda acumulada na produção industrial, medida pelo IBGE, em três meses consecutivos de queda este ano; com o mau desempenho, a indústria passou a operar 1,0% abaixo do patamar de fevereiro de 2020 do setor a uma demanda mais fraca. “Alguns setores que tiveram maior contribuição para a queda da produção industrial, como produtos alimentícios (3,4%) e vestuário (-5,20%), faz lembrar o que aconteceu no segundo semestre de 2020, quando começou a faltar matéria-prima. Na indústria de alimentos, faltou embalagem.”

Na comparação com abril de 2020, a produção industrial teve avanço de 34,7% em abril deste ano, o resultado mais elevado da série histórica iniciada em janeiro de 2002, com expansão em 23 dos 26 ramos industriais investigados. No entanto, o crescimento foi decorrente de uma base de comparação extremamente baixa. Em abril de 2020, o setor teve queda recorde de 27,7%, com o “aprofundamento das paralisações em diversas fábricas, por causa da pandemia”, lembrou o IBGE.

## **Marco das startups embute liberação de publicar balanço**

**Broadcast**

A lei que institui o Marco Legal das Startups, sancionada pelo presidente Jair Bolsonaro e publicada ontem no Diário Oficial da União, traz um dispositivo que desobriga a publicação de balanços de empresas fechadas em jornais impressos de grande circulação. A regra vale para companhias fechadas com menos de 30 acionistas e receita bruta anual de até R\$ 78 milhões. De acordo com lei, essas empresas poderão publicar seus balanços na internet.

O artigo não constava do projeto de lei original encaminhado ao Congresso e foi incluído no Senado pelo relator da proposta, o senador Carlos Portinho (PL-RJ), e mantido pela Câmara na votação final da matéria no dia 11 de maio. O dispositivo foi considerado um “jabuti”, por ser matéria estranha ao escopo do projeto. A dispensa da publicação de balanços de empresas em jornais impressos retoma em parte uma medida provisória editada pelo presidente Bolsonaro em 2019 nesse sentido. À época, o ato perdeu a validade após ser rejeitado pelos parlamentares.

A nova lei cria pela primeira vez regras de incentivo para o funcionamento das startups. O projeto prevê regras de aporte de capitais por pessoas físicas e jurídicas e permite a participação dessas empresas de base tecnológica em estágio inicial de operação em licitações públicas. Para isso, as empresas precisam cumprir alguns requisitos, como ter obtido receita bruta de até R\$ 16 milhões no ano anterior.

Uma das novidades da lei é a criação do ambiente regulatório experimental, que é um regime diferenciado em que a empresa pode desenvolver e testar novos produtos e serviços.

Dois dispositivos do projeto foram vetados pelo presidente. Um deles criava uma renúncia fiscal para essas empresas, o que não constava no projeto de lei original. Também ficou de fora da lei o trecho que estabelece que a CVM regulamentaria as condições facilitadas para o acesso de companhias de menor porte ao mercado de capitais.

## **Energia solar: menos bandeira vermelha**

**O Estado de S. Paulo**

**RODRIGO SAUAIA e RONALDO KOLOSZUK**

## **\* SÃO, RESPECTIVAMENTE, CEO E PRESIDENTE DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DA ABSOLAR**

Enquanto mais de 60 países do mundo implementam políticas públicas para tornar suas matrizes elétricas 100% limpas e renováveis, o Brasil acaba de acionar todas as suas termoelétricas fósseis, mais caras e poluentes do País. O motivo é a falta de água nos reservatórios das hidrelétricas, situação que se agrava a cada ano.

O resultado disso é sentido no bolso de todos, já que voltou a ser cobrada a famigerada bandeira vermelha, encarecendo a conta de luz. É mais uma preocupação para os orçamentos das famílias e para a competitividade das empresas. Porém, muito pode ser feito para aliviar essa conta de luz. A geração própria de energia, feita por sistemas solares, por exemplo, é parte da solução, pois ajuda a reduzir custos do setor elétrico que hoje são repassados aos consumidores brasileiros. O Projeto de Lei (PL) n.º 5.829/2019, de autoria do deputado federal Silas Câmara e relatoria do deputado federal Lafayette de Andrada, que cria o marco legal dessa modalidade, representa o melhor caminho para garantir em lei mais liberdade, opção de escolha, sustentabilidade e economia aos consumidores.

O texto está pronto para votação na Câmara dos Deputados. Com sua aprovação, trará ao País mais de R\$ 139 bilhões em novos investimentos até 2050, gerando mais de 1 milhão de empregos. Já a redução de custos com o uso de termoelétricas representará mais de R\$ 150 bilhões. Também haverá economia de R\$ 23 bilhões com menores perdas elétricas.

Empreendida por grandes monopólios e entidades de energia elétrica, uma campanha está em curso para tentar frear o crescimento da geração própria de energia no País. Querem transformar a solar, utilizada globalmente como solução, em “vilã” do setor elétrico. A quem interessa estes ataques? Certamente, não aos consumidores.

A evolução da matriz elétrica brasileira, com maior participação das renováveis, é ambientalmente desejável, tecnicamente sólida e economicamente viável. O projeto “Sistemas Energéticos do Futuro: Integrando Fontes Variáveis de Energia Renovável na Matriz Energética do Brasil”, com participação do Ministério de Minas e Energia (MME), Empresa de Pesquisa Energética (EPE) e Operador Nacional do Sistema (ONS),

em parceria com a entidade do governo alemão Deutsche Gesellschaft für Internationale Zusammenarbeit (GIZ), analisou, em detalhes, a inserção de grandes quantidades de energia solar e eólica na matriz elétrica brasileira. As conclusões dos três anos de intenso trabalho confirmaram que é possível aumentar a participação destas renováveis em mais de quatro vezes, dos atuais 10% para mais de 40%, mantendo a confiabilidade, segurança e estabilidade, com equilíbrio técnico e econômico para a expansão e operação do sistema elétrico brasileiro.

O estudo demonstrou a forte sinergia entre os recursos renováveis do Brasil, como hídrico, solar, eólico, da biomassa, entre outros. Também desbancou o velho mito de que precisamos de mais termoelétricas para dar apoio às renováveis. Pelo

A geração própria de energia por sistemas solares é parte da solução para aliviar a conta de luz contrário, quem equilibra o sistema quando há variações nos ventos e no sol não são as usinas fósseis, mas sim as hidrelétricas. Por isso, a evolução para uma matriz elétrica 100% renovável é possível e depende mais de vontade e liderança política do que de condições técnicas e econômicas.

Quanto mais usarmos o sol, o vento e a biomassa, menor será a dependência das hidrelétricas. Isso ajuda a aliviar a pressão sobre os recursos hídricos, cada vez mais escassos e preciosos. Com mais água disponível nas usinas, haverá menor uso de termoelétricas fósseis para gerar energia elétrica, o que reduz as nocivas bandeiras vermelhas e alivia a conta de luz da população. A água economizada também poderá ser utilizada em seus outros propósitos para a sociedade, como abastecimento humano, agricultura, criação animal e atividades produtivas.

## **Gás de cozinha tem forte alta e complica orçamento de famílias**

### **O Estado de S. Paulo**

Essencial nas residências, o gás de cozinha pesou ainda mais no bolso das famílias pobres neste período de pandemia. Desde maio do ano passado, o preço do botijão subiu cinco vezes mais do que a inflação. O custo do gás virou um problema social, a ponto de merecer políticas públicas emergenciais dos governos do Ceará e do Maranhão. O preço do botijão disparou no segundo semestre de 2020. O pior momento, no entanto, foi neste ano. Segundo o IPC-S, indicador de inflação do

Instituto Brasileiro de Economia (Ibre), da FGV, utilizado em reajustes salariais e de aluguel, o preço subiu 11,45% de janeiro a abril e 17,25% nos 12 meses iniciado em maio de 2020, enquanto a inflação foi de 3,5%.

“O GLP é o principal energético usado no preparo de alimentos por famílias de baixa renda. É o gás que entra em comunidades do Brasil todo. Algo que sobe mais que a média do salário exige muito esforço das famílias. Num nível de desemprego elevado como o atual, é ainda mais sentido. Ficar sem gás é ficar sem comida”, afirmou André Braz, coordenador adjunto do Índice de Preço ao Consumidor do Ibre/FGV. O economista acredita que o encarecimento do produto vai aparecer na próxima Pesquisa de Orçamentos Familiares (POF), do IBGE. A última, realizada em 2018, registrou que a média dos brasileiros gasta 1% do orçamento com o gás de cozinha. O aluguel pesa 3,6%, e o gás natural, 0,12%.

Na casa de André Lima e Silva, em Fortaleza, as refeições passaram a ser preparadas na vizinhança. “Até receber o vale do governo, a gente ficou três dias sem gás. Até o mingau da neném a gente pedia para a vizinha fazer”, conta o padeiro, desempregado desde o início do ano passado. Ele e a mulher passaram a sustentar os cinco filhos com a venda de salgadinhos. Por causa do preço do gás, até o ‘bico’ ficou inviável.

Em evento, no mês passado, Bolsonaro afirmou que conversaria sobre o tema com o novo presidente da estatal, Joaquim Silva e Luna. “Estamos trabalhando com o novo presidente da Petrobrás em como diminuir o preço do botijão na origem. Hoje está em R\$ 42, dá para diminuir”, afirmou o presidente, em discurso no Mato Grosso do Sul, no último dia 14. Ele não informou, porém, com quem está discutindo e a posição do presidente da Petrobrás.

Desde que assumiu o cargo, em 19 de abril, Silva e Luna não mexeu no preço do gás liquefeito de petróleo (GLP). O botijão de 13 kg é a versão residencial do produto. O reajuste mais recente, o quarto no ano, ocorreu no dia 2 de abril, ainda na administração do antecessor, Roberto Castello Branco. Questionada, a Petrobrás, por meio de sua assessoria de imprensa, respondeu que não há previsão de reajustes de preços de GLP com frequência mínima mensal.

Ainda assim, o preço final do GLP permanece no patamar mais elevado da série histórica divulgada pela ANP. Em março, último dado divulgado pela reguladora, o produto custava R\$ 83,17, na média do País. Como a Petrobrás reajustou mais uma vez em abril, é possível que a estatística mais recente ainda revele novo recorde.

Professor do Instituto de Economia da UFRJ, Adilson de Oliveira avalia que a solução passa pela estabilização do preço, o que pode ser conseguido com a criação de um fundo, como estuda o governo. Ele lembra que, no governo de FHC, foi adotado o 'Auxílio Gás' e, no de Luiz Inácio Lula da Silva, o benefício foi incorporado ao Bolsa Família. "O governo federal fala, mas ainda não colocou na mesa a sua proposta. É preciso saber aonde quer chegar", disse.

*Os textos do conteúdo exposto neste informativo não são de autoria do Governo do Estado do Ceará.*

**Assessoria de Comunicação - Sedet**  
**Fone: (85) 3444.2900**  
**[www.sedet.ce.gov.br](http://www.sedet.ce.gov.br)**



# MERCADOS E ÍNDICES SELECIONADOS (04/06/2021)

DADOS DEMOGRÁFICOS				
INDICADOR/REGIÃO	CEARÁ	NORDESTE	BRASIL	PERÍODO
Área Km2	148.894	-	8.510.295	
População	9.187.103	57.374.243	211.755.692	
Dens demográfica hab/km2	56,76		22,43	

Fonte: IBGE

INDICADORES SOCIAIS				
INDICADOR/REGIÃO	CEARÁ	NORDESTE	BRASIL	PERÍODO
Índice de GINI:	0,6193	0,6277	0,6086	
Renda domiciliar per capita R\$	942	-	2.398,00	
Expectativa da Vida	74,1	-	76,7	2017
IDH	0,68	-	0,765	2010

Fonte: IBGE

DADOS ECONÔMICOS				
INDICADOR/REGIÃO	CEARÁ	NORDESTE	BRASIL	PERÍODO
PIB	R\$ 156,1 BI	-	R\$ 6,90 TRI	2020
Saldo da Balança Comercial (Em Mi US\$)	-318,8 (12º)	-	7.907,8	Jan-Mar/2021
Estoque do Volume de Crédito	87,76 BI		4,05 TRI	Fev/2021
INFLAÇÃO				
	RMF	NORDESTE	BRASIL	PERÍODO
Meta	-	-	3,75	2021
IPCA (Acumulado no Ano)	2,59		2,05	03/2021

Fonte: Banco Central, ME e IBGE

MERCADO DE TRABALHO				
INDICADOR/REGIÃO	CEARÁ	NORDESTE	BRASIL	PERÍODO
Contratações	83.592	417.451	3.269.417	Jan-Fev2021
Demissões	63.381	350.016	2.609.637	Jan-Fev/2021
Saldo de Empregos Gerados	20.211	67.435	659.780	Jan-Fev/2021
Desocupação (%)	14,4	17,2	13,9	4 TRI 2020
Nível de Ocupação (%)	42,8	41,6	48,9	4 TRI 2020
População em Idade de Trabalhar	7.620 (100%)	46.767 (100%)	176.362(100%)	4 TRI 2020
Força de Trabalho (mil)	3.808 (50%)	23.484 (50%)	100.104 (57%)	4 TRI 2020
Ocupada (mil)	3.260	19.455	86.179	4 TRI 2020
Desocupada (mil)	548	4.029	13.925	4 TRI 2020
Fora da Força de Trabalho (mil)	3.812 (50%)	23.283 (50%)	76.258 (43%)	4 TRI 2020

Fonte: IBGE e ME

Total de Empresas Ativas				
INDICADOR/REGIÃO	CEARÁ	NORDESTE	BRASIL	PERÍODO
Empresas Ativas	600.790	3.462.249	19.907.733	2020

Fonte: ME

Abertura/Fechamento de Empresas – Ceará - Jan-Dez 2020					
Especificação	Total do Ano			2021	
	2018	2019	2020	Jan	Até Jan
	Abertura	69.981	84.948	89.084	11.239
Fechamento	71.796	31.501	27.463	3.314	3.314
Saldo	-1.815	53.447	61.621	7.925	7.925

Fonte: JUCEC

Protocolos e Resoluções Aprovados pelo CEDIN 2020			
Especificação	Quantidade	Investimentos Privados Projetados (R\$)	Emprego Direto Projetados
Protocolos	39	881.278.406,90	7.296
Resoluções	19	165.696.341,37	1.965

Fonte: ADECE

PECEM – Total de Movimentação de Cargas (Toneladas)					
Período	Total do Ano			2021	
	2018	2019	2020	Mar	Até Mar
		17.214.859	18.096.308	15.930.483	1.870.488

Fonte: CIPP